

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho
02 a 05 de outubro de 2017
GT 6: Estilos de vida, consumo e práticas culturais

Do espírito da Freguesia à cultura periférica: disputas simbólicas a partir da experiência da mobilidade social nas periferias de São Paulo

Leonardo Fontes (IESP/UERJ)*

Resumo

O objetivo deste texto é discutir a emergência de uma disputa simbólica nas periferias de São Paulo a partir das mudanças no modo de vida das classes populares habitantes dessas regiões em torno de dois processos centrais: o aumento da violência urbana e a ampliação das possibilidades de mobilidade social. Procuro argumentar que a desestruturação do antigo modo de vida, tido como mais comunitário, deu espaço para uma disputa simbólica que opõe a busca de soluções mais individuais para os problemas dos moradores da periferia, justificada em uma ética do “trabalho duro”, e a tentativa de construção de soluções coletivas, que procuram ressignificar o sentido de ser periférico a partir de manifestações e movimentos culturais que valorizam a vida nas periferias urbanas.

Palavras-chave: mobilidade social; periferia; modo de vida.

Introdução

Nos últimos anos, diversos estudos se dedicaram a demonstrar as melhorias que os estratos mais baixos da sociedade brasileira obtiveram em termos de *padrão de vida*¹ diante da ampliação do acesso ao emprego formal, a melhores salários, crédito facilitado, melhores oportunidades educacionais e, por consequência, a mais bens de consumo.

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), bolsista CNPq. E-mail: leo.ofontes@gmail.com

¹ A diferenciação entre *padrão de vida* e *modo de vida* que utilizo neste texto segue as definições de Thompson (1966). Enquanto o primeiro se refere a aspectos objetivos e quantitativamente mensuráveis, o segundo se baseia na experiência subjetiva daqueles que vivenciam determinados processos sociais.

Partindo de constatações estatísticas a respeito de certo grau de mobilidade econômica, surgiu um debate a respeito da emergência de uma “nova classe média” no Brasil (Neri, 2008; 2010), ao que alguns autores buscaram se contrapor, argumentando que se trataria, na realidade, de uma “nova classe trabalhadora” (Pochmann, 2012; 2013). Outros autores, buscaram, ainda, defender a emergência de um novo grupo social, importando categorias analíticas do debate internacional, como é o caso de Braga (2013), que buscara definir esse segmento emergente como “precariado”, ou elaborando novos conceitos para explicar tal fenômeno, como fez o grupo coordenado por Souza (2012), que denomina esses sujeitos como “batalhadores”.

A relevância teórica e política desse debate é inegável, haja vista a grande repercussão midiática que o tema provocou e o grande número de estudos na economia e na sociologia produzidos nos últimos anos em torno da questão da mobilidade social no Brasil. Apesar de algumas dessas pesquisas focarem aspectos qualitativos desse processo, poucos esforços foram empreendidos no sentido de compreender as mudanças e permanências a respeito do *modo de vida* das classes populares a partir da experiência de mobilidade social recente.

É neste sentido que este texto pretende contribuir para o debate, combinando métodos quantitativos e qualitativos, a fim de explorar de maneira mais aprofundada os sentidos desse processo recente pelo qual passou a sociedade brasileira. O objetivo, portanto, é jogar luzes sobre como esse processo de mobilidade social ascendente, aliado a outras transformações correntes, modificaram o modo de vida dos moradores das periferias de São Paulo e, a partir dessas mudanças, analisar quais respostas os próprios trabalhadores periféricos elaboraram no sentido de se adequar ou modificar a situação social que experienciam cotidianamente.

Para tanto, essa pesquisa se debruçou sobre a realidade de dois bairros periféricos da capital paulista – Jardim Ângela, na zona sul, e Brasilândia, na zona norte – que foram selecionados por apresentarem um acréscimo relativamente grande de pessoas no extrato intermediários de renda entre 2000 e 2010, medido a partir de critérios de vulnerabilidade socioeconômica (ver SAE, 2012). Ao longo de cerca de um ano e meio de pesquisa de campo, foi aplicado um questionário fechado a mais de 400 residências escolhidas aleatoriamente nas duas regiões, foram realizadas dezenas de entrevistas em profundidade e observações participantes em diversos espaços públicos dessa região.

Este texto se desdobra em mais duas partes, além desta introdução e de uma seção dedicada às considerações finais. Na próxima seção busco expor como o aumento da violência urbana e o processo de mobilidade social da última década provocou profundas mudanças no modo de vida dos moradores das periferias urbanas, antes tido como mais comunitário. Depois, trato de maneira mais detalhada a disputa simbólica em torno de duas subjetividades que emergem a partir da desestruturação do modo de vida anterior, isto é, o que chamo de *espírito da Freguesia* e de *cultura periférica*. Finalmente, na última seção traço algumas considerações finais e hipóteses a respeito desse processo e da possibilidade de formação de novos sujeitos políticos nas periferias de São Paulo.

Violência, mobilidade social e mudanças no modo de vida

As periferias de São Paulo foram formadas a partir de uma dinâmica de segregação residencial que acabou por reservar para as classes superiores as regiões centrais e mais bem servidas em termos de infraestrutura urbana e serviços públicos e privados. A autoconstrução de moradias nas periferias, uma concepção urbanística rodoviarista e radio-concêntrica, advinda do Plano de Avenidas de Prestes Maia, e o alto preço de aluguéis e terrenos nas áreas já urbanizadas forçaram a ocupação de territórios cada vez mais distantes, em áreas muitas vezes sem infraestrutura (Caldeira, 2000; Pasternak & Bogus, 1998 e 2003). Assim, as periferias paulistanas acabaram ocupadas de forma desorganizada e sem a devida infraestrutura urbana e de serviços por trabalhadores pobres que, muitas vezes, migravam para São Paulo em busca de melhores empregos e condições de vida.

Essa dinâmica de ocupação desordenada, a conseqüente necessidade de lutar por serviços públicos essenciais, e a relativa tranquilidade nas ruas locais permitiu uma dinâmica coletiva própria e diferente do restante da cidade. É possível depreender, tanto a partir de conversas com moradores mais antigos dessas regiões, quanto a partir da leitura de pesquisas etnográficas realizadas ao longo dos anos 1970 e 1980, que a maioria dos bairros periféricos de São Paulo tinham um modo de vida muito mais “comunitário”, em que se ouvia muito mais o “barulho de gente” do que o “barulho da cidade”.

As ruas sossegadas permitiam brincadeira e jogos das crianças e era comum que as pessoas colocassem cadeiras na frente do terreno para ficar conversando ou fazendo algum trabalho. O bairro era, para seus moradores, um espaço intermediário entre o mundo privado e íntimo da casa e o mundo público do resto da cidade. Desse modo, produzia-se um tipo de sociabilidade e comunicabilidade bastante particular favorecido pelas “cercas precárias e ruas estreitas” que gerava proximidade entre os moradores. (Caldeira, 1984, pp. 119-120).

Dois processos, contudo, irão afetar de maneira crucial essa dinâmica: o aumento da criminalidade violenta e o próprio progresso econômico, tanto individual quanto coletivo em termos de melhoria da infraestrutura dessas regiões.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, as periferias paulistanas assistiram a um processo de “expansão do mundo do crime”, que tem sua maior expressão na consolidação do PCC (Primeiro Comando da Capital) como principal facção criminosa de São Paulo. Esse processo se refere não apenas ao aumento dos índices de criminalidade, mas principalmente à ampliação da influência do “mundo do crime” sobre a conduta de jovens nascidos e criados nessas regiões.

A representação pública que se faz dos moradores das periferias, em especial jovens negros, produz uma “multiplicação imaginária do criminoso” na sociedade paulista de maneira geral (Feltran, 2011, p. 186), tanto por parte da dita “opinião pública” quanto por formuladores de políticas públicas. Mais do que os episódios pontuais de extermínio, como nos conhecidos casos de chacinas, ou na resposta aos ataques do PCC de 2006, o processo de criminalização de jovens moradores da periferia que possuem traços ou comportamentos “típicos de bandidos”, segue presente nas ações cotidianas das forças policiais, como me descreveu um morador da Freguesia do Ó, bairro vizinho da Brasilândia:

É, pra mim, a culpa é da própria população. Não adianta falar isso, porque existe um estereótipo do infrator. Ele tá com aquela bermuda de “mano”, tá com uma camiseta de “mano”, tá com chinelo de “mano”... Tá com um boné diferente, em dupla, com mochila nas costas, e quer que a polícia chegue nele “cidadão, boa tarde, podemos fazer uma vistoria na sua mochila?”. Isso não existe na periferia. Porque o estereótipo que você vê tanto na imprensa, tanto nas novelas, tanto nos jornais, é de que aquele cara é bandido....

Esse estereótipo [...] faz o policial já olhar pro cara como bandido. Porque não dá pra entender... um puta de um sol do cão, o cara de agasalho com touca na cabeça. Não dá pra entender.

Você vê os policiais 24 horas por dia, eles já sabem que eles são bandidos. “Ah, mas tem uns que não são que estão ali no meio”. Caralho, o que você tá fazendo ali no meio dos bandidos se você não é bandido? Essa é uma visão ortodoxa? Não sei.

Eu não sei separar essa visão. Mas quando eu tinha 15, 16 anos, eu saía com um monte de amigos, ia lá pro Largo da Matriz, e vinha fazendo a maior zueira no meio da rua, batendo nos postes, tocando campainha dos outros, mas era só isso. Polícia chegava e passava, a gente saía andando normal, não tinha essa busca pelo estereótipo, entendeu? Não tinha isso. Na medida que evoluiu, criou-se o estereótipo, todo mundo que vestia assim é bandido. E aí, como é que muda isso? (João, 59 anos, Freguesia do Ó).

Apesar de fazer diversas ressalvas à atuação da polícia nas regiões periféricas da cidade, a fala transcrita acima demonstra certo grau de concordância com uma atuação da polícia em busca de “estereótipos de bandidos” e culpa a própria população ou os próprios jovens que escolhem andar na companhia de “bandidos” ou se portarem como tal².

Dessa forma, apesar da enorme diversidade e heterogeneidade social que marca cada vez mais as periferias de São Paulo, é a franja mais pobre das periferias da cidade que vai aparecer como a típica habitante desses territórios (Feltran, 2011). Com isso, a diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos”, que foi base da construção de identidades internas nas periferias urbanas (Zaluar, 2000), passou a servir como marco que legitima e delimita externamente o acesso ao “direito a ter direitos” (Feltran, 2007).

Essa sobrevalorização pública da parcela periférica envolvida com o crime gera um processo semelhante ao que Wacquant (2007) denomina de *estigmatização territorial*³. Na leitura de Wacquant, o estigma territorial se aproximaria das marcas de “raça, nação e religião” que Goffman apontou em seu clássico estudo sobre o *estigma*, uma vez que pode ser transmitido por meio de linhagem e contaminar igualmente todos os membros de uma família.

Conforme Wacquant também anota, o estigma territorial, ao contrário de outros selos de desonra, pode ser facilmente dissimulado e atenuado ou mesmo anulado, pela mobilidade geográfica. É justamente dessa possibilidade de anulação do estigma e do aumento das oportunidades de mobilidade socioeconômica, que ampliou a busca por soluções individuais para problemas enfrentados pelos moradores das periferias, que tem emergido a disputa simbólica que é o foco deste texto.

² A disseminação de um jeito de falar, se comportar e se vestir “típico de bandido” entre jovens moradores de periferias urbanas revela o poder que o “mundo do crime” exercer no imaginário dos jovens periféricos tensionando suas formas de inserção social (Feltran, 2011).

³ Cumpre esclarecer que não se trata aqui de aproximar a realidade do gueto americano das periferias urbanas brasileiras, uma vez que tanto em termos étnico-raciais quanto em termos de nível de segregação urbana há claras diferenças entre as duas realidades.

Antes de adentrarmos propriamente nos meandros dessa questão, faz-se necessário dedicarmos algumas linhas a respeito do processo de mobilidade social pelo qual passou parcela significativa das classes populares no Brasil.

Diversas pesquisas quantitativas apontam que, desde meados da década de 2000, houve um processo de relativa melhora nos níveis de renda, permitindo que pessoas antes enquadradas pobres ou com renda baixa atingissem um patamar intermediário em termos de rendimentos familiares. Esses ganhos ocorreram sobretudo devido ao aumento da formalização do emprego, aumento do salário mínimo, do acesso ao crédito pela população de baixa renda e do aumento das oportunidades educacionais (Neri, 2008 e 2010; Scalon & Salata, 2012; Souza & Carvalhaes, 2014).

No nível etnográfico, apesar de queixas constantes a respeito das condições de vida nas periferias da cidade, a sensação de melhoras, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, alcança a maioria dos moradores dessas regiões. Seja pela ampliação da oferta de alguns serviços públicos, pelo aprimoramento da infraestrutura urbana – calçamento, asfalto, saneamento básico, iluminação pública – ou pela possibilidade de adquirir bens e serviços particulares antes tidos como inacessíveis, a percepção dos moradores a respeito de suas condições atuais de vida, comparativamente com uma, duas ou três décadas atrás, é de inegáveis melhoras, apesar de ainda estar longe de serem consideradas boas⁴.

A hipótese que procuro defender aqui, portanto, é de que o aumento da violência urbana, de um lado – com o conseqüente processo de *estigmatização territorial* das periferias – e a ampliação das possibilidades de ascensão social, de outro, provocaram profundas mudanças naquele *modo de vida* mais comunitário, típico dessas regiões em outros tempos.

Além da estigmatização territorial decorrente do simples fato de serem das periferias, o aumento da criminalidade nas regiões ao longo das décadas de 1990 e 2000⁵, ampliaram progressivamente a sensação de insegurança entre os moradores da cidade de maneira geral e das periferias em particular. Evitar ficar nas ruas ou deixar que

⁴ É importante destacar que esta pesquisa foi realizada ao longo dos anos 2015 e 2016, quando a crise econômica estava ainda em seu estágio inicial. Além disso, essa percepção se refere à comparação de mais longo prazo, isto é, com um período de 10, 20 ou 30 anos atrás.

⁵ De acordo com as estatísticas oficiais, disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, os índices de homicídio em São Paulo tiveram seu ápice entre o fim da década de 1990 e começo dos anos 2000, quando começam a cair de forma vertiginosa. Os índices de furtos e roubos, contudo, mantêm tendência de alta até os dias atuais.

os filhos brinquem depois de certo horário passou a ser a regra na maioria desses bairros. Além disso, o investimento em cercas, muros e equipamentos de segurança que buscam transformar casa em “fortalezas” (Cavalcanti, 2009) são mudanças fundamentais nos hábitos das famílias periféricas.

Os muros altos e portões cerrados são classificados, por muitos, como “antissociais”, uma vez que não permitem mais que as pessoas se cumprimentem ao passar na rua e parem para conversar. Assim, justificam sua adoção como uma “necessidade” por questões de segurança, o que é, por diversas vezes, lamentado, pois antigamente “tinha mais diálogo, tinha mais amizade” e hoje, muitos dizem que sequer conhecem seus vizinhos. Cheguei a ouvir relatos que afirmavam indignados que hoje não havia mais solidariedade entre os vizinhos: “a gente não tem vizinho a gente tem inimigos, porque se fosse vizinho não levantava esse muro dessa altura, não fechava por fora pra você não ver o que tem lá dentro”, me disse um morador do Jardim Ângela.

Esse processo de desestruturação de um modo de vida mais comunitário, marcado pela violência, estigmatização territorial e por projetos individuais de mobilidade social irá produzir o que os pragmatistas denominam uma *situação problemática*⁶ (Cefaï, 2017), que dará espaço para a emergência novas subjetividades que travarão uma disputa simbólica nas periferias paulistanas.

A emergência de uma disputa simbólica: espírito da freguesia versus cultura periférica

Diante da possibilidade de mobilidade social ascendente que se expandiu nos últimos anos e da tentativa de se livrar do *estigma* de ser da periferia, a busca por bens e signos que permitam expressar materialmente a ascensão econômica é bastante forte entre as classes populares periféricas. Oliven e Pinheiro-Machado (2012) alertam, com razão, para a importância de compreendermos as escolhas em termos de consumo das classes populares dentro de uma luta por prestígio intra-classe. Dessa forma, o processo de *distinção* social tem como fator crucial as dinâmicas simbólicas que operam no cotidiano dessas pessoas e as configurações a que estão sujeitas.

⁶ De forma resumida, uma situação se torna problemática quando as reações habituais a um determinado ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos (Cefaï, 2017).

Contudo, há que se considerar também as influências advindas de um *estilo de vida*⁷ típicos de classe média, na medida em que os padrões culturais das classes mais altas da sociedade paulistana e brasileira servem em maior ou menor medida como horizontes possíveis ou desejáveis para aqueles que estão vindo de classes mais baixas.

Como dito acima, esse processo de busca pela distinção em um ambiente cada vez mais heterogêneo é bastante evidente nas casas, muitas vezes autoconstruídas⁸. Desde minhas primeiras visitas ainda exploratórias nessas regiões periféricas me chamou atenção a grande quantidade de casas com muros altos, portões automáticos, cercas eletrificadas e sistemas eletrônicos de segurança que ainda convivem lado a lado com casas muito mais simples e mal-acabadas, com muros de menos de um metro de altura e praticamente nenhuma proteção contra eventuais roubos ou assaltos a não ser as portas e janelas da própria casa.

Desse modo, é cada vez mais evidente a disseminação de uma “estética da segurança” (Caldeira, 2000) entre as moradores das periferias, uma vez que, como apontado por Cavalcanti (2009, p.76), “a fortificação, lá, como aqui no dito asfalto, passa a constituir o imaginário da construção de moradias”.

O desenvolvimento dessa *estética da segurança* ao mesmo tempo que marca a distinção social entre vizinhos é também reflexo desse mesmo processo de diferenciação que parece cada vez mais intenso nas periferias urbanas. Com o aumento das possibilidades de ascensão social nos últimos anos, mais pessoas têm conseguido adquirir bens como TVs, celulares, videogames, computadores e, por isso, tem investido mais em equipamentos de segurança para suas residências. Esse processo de diferenciação interna acaba por diminuir as relações de proximidade entres os vizinhos, seja pela falta de contato cotidiano nas ruas, impedido pelos muros, como apontado acima por nossos próprios interlocutores, seja devido a um processo de afastamento entre pessoas que passam a adotar “estilos de vida” diferentes.

Essa busca pela distinção vai muito além do desejo ou da capacidade de adquirir novos bens de consumo, de ter um bom carro ou de garantir a segurança própria ou dos

⁷ Nesse texto, entendo que o *estilo de vida* se diferencia do *padrão de vida* e do *modo de vida* por se relacionar a questões de gosto e escolhas – ainda que inconscientes – culturais, tais como o tipos de roupas ou opções de lazer.

⁸ Pesquisas na década de 1980 já apontava para a casa própria como “síntese da dimensão privada da vida social” e “objetivação do nível de melhoria de vida atingido”, uma vez que era fruto “do tralho e dos esforços de todos os indivíduos, do sacrifício e da poupança de toda a família (Durham, 1988, p.197)

familiares com novos padrões estéticos voltados para a segurança nas residências. Ao sairmos do nível meramente observacional e externo às casas e entrarmos em um nível interpretação das práticas e ações dos sujeitos notamos que a busca pela mimetização de um estilo de vida mais próximo das camadas médias e, portanto, distinto das práticas tradicionais das classes populares, está presente em diversos outros elementos.

Essa processo me pareceu marcante entre uma rede de moradores de uma região que fica na divisa entre o Jardim Ângela e o Capão Redondo, todos entre 30 e 40 anos de idade, e que entrevistei ao longo da minha pesquisa. Apesar de evidentes diferenças entre si em termos de inserção profissional, nível de escolaridade e história de vida, e de nuances internas no gosto e opções de consumo e mesmo na valorização de um ou outro elemento de distinção, como o capital econômico ou o capital cultural, essas pessoas possuíam alguns traços que os destacavam de outros tantos moradores das periferias de São Paulo com quem tive contato.

Um primeiro elemento que me chamou atenção foi o fato de que cada uma dessas pessoas, quando pedi que me indicasse um amigo com quem eu pudesse conversar para minha pesquisa, me indicava sempre alguém que estava em uma posição hierarquicamente superior do ponto de vista do status socioeconômico. Foi assim que Márcia, operadora de telemarketing que havia sido demitida do trabalho como assistente administrativo e vendia pães-de-mel para complementar a renda, me apresentou Carla, vizinha e colega de trabalho no telemarketing, mas com um *capital cultural* relativamente maior. Carla, apesar de ter morado na região praticamente desde que nasceu, se casou aos 20 anos e foi morar nas proximidades do Morumbi, uma das regiões mais nobres de São Paulo, além de ter vivido um período em Curitiba, até seu marido falecer, quando viu-se obrigada a voltar para a casa dos pais.

Carla, por sua vez, me indicou Denis e Miguel, dois amigos que moram juntos e montaram nos fundos de sua casa uma escola de inglês. O fato de falarem inglês e já terem realizado viagens ao exterior dá a eles também um status relativamente superior devido ao maior acúmulo de *capital cultural*. Por fim, eles me indicaram Fernanda, uma enfermeira, que trabalha no Hospital Albert Einstein, um dos mais conhecidos e elitizados de São Paulo onde tem um salário de cerca de 4 mil reais mensais, o que lhe permitiu comprar seu próprio apartamento recentemente na região do Morumbi. Ela é detentora, portanto, de um *capital econômico* relativamente mais elevado. Assim, as indicações

parecem seguir uma lógica de demonstrar e valorizar seu *capital social*, apresentando para um interlocutor externo pessoas que possuem atributos que eles valorizam e desejam ter ou conquistar ou que possuem grande valor no *mercado de bens simbólicos* de que fazem parte.

Em termos de práticas cotidianas, um dos traços distintivos desse grupo diz respeito às opções de lazer que praticam ou gostariam de praticar. Márcia está em um momento difícil da vida, estudando e trabalhando, inclusive nos fins de semana e cuidando do filho sozinha, por isso não tem tido tempo para atividades de lazer ultimamente, mas quando pode gosta de praticar corrida com um grupo de amigas, em geral em regiões mais centrais da cidade como o Parque do Ibirapuera, o Pacaembu, a Avenida Paulista, e de ir a shows no Sesc e no próprio Ibirapuera. Márcia afirma querer se mudar de São Paulo – não por acaso ela diz que gostaria de morar em Curitiba, onde a amiga Carla já morou – mas tende a valorizar na cidade a diversidade de opções de lazer, como parques e restaurantes.

De forma semelhante, Carla também tem dificuldades de encontrar tempo para esse tipo de atividade e tende a valorizar as opções que estão situadas em regiões mais centrais da cidade, como exposições de arte, livrarias, museus, além de gostar de passear em regiões de comércio mais elitizado como a Avenida Paulista e a Rua Oscar Freire.

Já Denis e Miguel têm um comportamento mais caseiro, mas disseram que tinham o costume de ir a teatro, shows, exposições para “adquirir conhecimento de tudo aquilo”, revelando uma visão instrumental do capital cultural. Fernanda, por sua vez, gosta de ir a restaurantes e bares com os amigos, em geral na região da Avenida Paulista e Vila Madalena. Assim, esse grupo tende a valorizar um capital cultural típico de uma classe média tradicional, com opções de cultura e lazer oferecidas nas regiões mais centrais da cidade, ao contrário de outros grupos que tendem a valorizar a cultura e as opções de lazer produzidas nas próprias regiões periféricas, como veremos a seguir.

Outra marca distintiva desse grupo é a visão negativa que eles têm da periferia e de seus moradores, principalmente devido à dificuldade de acesso e locomoção pela cidade e do comportamento que observam e criticam em seus vizinhos. Como solução, eles tendem a ambicionar morar em uma região mais central da cidade ou, em alguns casos, em outra cidade.

Carla destaca três elementos que são vistos como mais negativos no fato de morar na periferia: a falta de acesso a bens culturais, a dificuldade de locomoção pela cidade e o preconceito que sofre por ser moradora dessa região, que ela mesmo revela ter em alguma medida ao frisar que não é “favelada”, apenas por morar na periferia.

Mesmo tendo crescido com pessoas que hoje se envolveram no mundo do crime e não ter uma visão essencialmente negativa do consumo e venda de drogas, por exemplo, ela afirma que prefere que seu filho, com 15 anos, não conviva com essas pessoas. Ela me contou que busca evitar que seu filho frequente alguns espaços públicos na região, como os CEUs (Centros Educacionais Unificados), porque as pessoas que costumam ir a esses lugares “não falam a mesma língua” que ele. Dessa forma, ela diz que gostaria de morar em bairros como Higienópolis e Bela Vista, bairros de classe alta e com boa infraestrutura de transportes e acesso aos bens culturais valorizador por ela.

Do mesmo modo, Denis e Miguel já recusaram diversos convites de vizinhos para participar de um churrasco que eles eventualmente promovem na rua onde moram e Miguel se queixa da falta de interesse e empenho que esses moradores demonstram em relação ao trabalho e ao progresso material, o que seria representado pelo ato de ficarem sentados na rua “sem fazer nada”. Eles têm como referência ideal para morar bairros como Moema, Vila Olímpia, Chácara Santo Antônio e Granja Julieta, regiões de classe alta em que cresceram diversos “enclaves fortificados”, isto é, condomínios luxuosos com um forte aparato de segurança, nas últimas décadas (Caldeira, 2000).

Carla, por valorizar mais atributos ligados ao capital cultural, tem bairros de elite mais tradicionais como modelos ideais, enquanto Denis e Miguel, que dão mais importância ao capital econômico, tendem a ver com mais simpatia bairros típicos de uma elite mais recente e com mais recursos financeiros, revelando algumas interessantes nuances entre eles.

Fernanda, por sua vez, conseguiu se aproximar do centro, mas não está satisfeita. Ela diz não ter se acostumado com o fato de, pela primeira vez na vida, morar em um apartamento e reclama da violência devido à proximidade com a favela de Paraisópolis. Agora, ela, o marido e a filha recém-nascida planejam se mudar para a Vila Maria, um bairro mais tradicional de classe média, na Zona Norte da cidade, com o intuito de ficar mais próximos de sua sogra.

Esse desejo de sair da periferia é um dos elementos mais marcantes nessa subjetividade que estou buscando descrever, uma vez que se trata da forma mais efetiva de anular o *estigma territorial* a que esses sujeitos estão submetidos.

Finalmente, no que se refere ao posicionamento político, esse grupo também tem visões mais distantes da maior parte de seus vizinhos e mais próximas da região mais central da cidade. Quando perguntei sobre os principais problemas da cidade, da sua região ou do país, eles tendem a apontar problemas mais genéricos, como a desigualdade e a corrupção e menos questões concretas de sua realidade, como saúde ou segurança, tendência da maioria dos interlocutores com quem conversei.

Além disso, no que se refere a outras formas de engajamento político, verifiquei por meio do survey que apliquei que, entre os moradores dos bairros pesquisados que participaram de algum ato político nos últimos anos, o mais comum é que tenham se manifestado pela redução das tarifas de ônibus e metrô em junho de 2013 ou por questões específicas ligadas à sua realidade como transporte e moradia ou ainda por questões trabalhistas e sindicais. Os membros desse grupo, no entanto, estão entre as raras exceções que participaram de alguma manifestação recente contra a corrupção, pelo impeachment de Dilma Rousseff ou com pautas mais amplas e genéricas. É o caso de Denis e Fernanda que foram nas manifestações de junho de 2013 e em outras ao longo de 2014, mas para protestar contra a corrupção, por “melhorias no governo”, como definiu Denis ou por “melhorias na área da saúde”, nas palavras de Fernanda.

Dessa maneira, é possível perceber uma série de comportamentos, opiniões, visões de mundo, atitudes, desejos, ambições, estilo de vida, em suma, uma *subjetividade* que marca esse grupo social que tem como pretensão se aproximar em diferentes aspectos de uma classe média consolidada e se diferenciar daquilo que consideram negativo no comportamento dos moradores das regiões onde nasceram e ainda vivem, fugindo do estigma de morar na periferia.

Cumpram ressaltar que essa subjetividade possível não é livre de contradições. Pelo contrário, muitas pessoas com quem conversei adotam apenas alguns desses comportamentos, mas refutam diversos outros aspectos. Da mesma forma, não se trata de uma simples reprodução de práticas de forma inconsciente como as teses de Bourdieu (2007) inferem, uma vez que se trata de um comportamento criticado e justificado.

Luc Boltanski (2015) busca contrapor a ideia de uma “sociologia crítica”, tal como apregoada por Bourdieu, a uma “sociologia da crítica”. O pressuposto fundamental de uma “sociologia da crítica” está no fato de que vivemos em uma “sociedade crítica”, no sentido de que os atores dispõem de capacidades críticas, isto é, eles têm acesso aos recursos críticos, embora em níveis desiguais, e os colocam em prática quase permanentemente no curso da vida social. Dessa forma, não há diferenças substanciais entre a capacidade de análise crítica do sociólogo e dos atores que são alvo da pesquisa sociológica.

Os atores realizam cotidianamente, portanto, operações críticas e operações de justificação, que são necessárias para responder às críticas de que são alvo. A abordagem de uma sociologia da sociedade crítica deve encarar como tarefa primordial, a reconstrução do espaço crítico dentro do qual operam os sujeitos. Essa visão pragmatista da sociedade se diferencia, portanto, de uma perspectiva estruturalista quanto de uma visão mentalista do funcionamento da vida social, uma vez que seu foco está no agenciamento das situações nas quais as pessoas são levadas a realizar operações de crítica ou de justificação.

Retornando ao caso concreto em questão, a crítica a esse conjunto de práticas e ações que busquei descrever e que tem como pano de fundo a pretensão de aproximar dos setores médios urbanos e se diferenciar dos demais habitantes das periferias me foi exposta por alguns interlocutores da Brasilândia que a resumiram como sendo um *espírito da Freguesia*, em referência ao desejo comum de moradores da região em se mudarem para a Freguesia do Ó, um bairro vizinho, mas com padrão de classe média e média baixa e mais próximo do centro expandido de São Paulo.

Chellmí, 32 anos, grafiteiro, poeta, arte-educador, membro do coletivo cultural Sarau da Brasa e estudante de pedagogia foi quem primeiro me apresentou essa categoria nativa.

A galera aqui da Brasilândia tem um espírito de Freguesia do Ó [...] Até a década de 1990 tinha um espírito de comunidade, de se trombar pra ir no samba, tá ligado? Na Escola de Samba, se trombar em tal boteco X pra depois do futebol fazer ali [no bar] a sede [do time] e tal, tomar uma e tal, isso tudo vai se perdendo porque vai subindo espigão [prédio de apartamentos - LF], tá ligado? A galera não vivencia mais a rua... Tem o espírito de Freguesia porque é isso, a Freguesia também sempre foi quebrada e aí o bairro foi crescendo, crescendo... diz que tem umas casinhas melhor lá e tal, que não sei o que lá, e aí os que tão aqui tem o sonho de ser Freguesia, tá ligado? Tipo: Eu sou um fudido da vida, mas eu tenho lá as minhas vinte oito prestação do meu Golf sapão que tá debaixo do meu travesseiro quebrando o meu pescoço e eu pago... Continuo pagando aluguel, fudido, mas eu

tenho que ter meu Iphone foda e tal porque eu tenho que ir depois pra Vila Madalena, né mano? Tomar uma Boêmia pra impressionar as meninas. Então tá, mas aí você volta pro mesmo canto lá fudido na sua caminha com o estrado quebrando. Então é assim: mora aqui, mas tem espírito de quem não mora aqui, entende? Então isso acontece muito aqui na Brasilândia principalmente nessa última década. É diferente do [Mano] Brown, que fala: “você se afasta da favela, mas a favela nunca não se afasta de você”. Aqui não, aqui eu vejo que – lógico não tô generalizando também, mas uma boa parte da galera é assim – “Não, eu tô na favela, mas eu quero me afastar dela”, sabe? Tipo não tem mais esse espírito de comunidade. Eu ainda peguei um pouquinho quando era criança, sei lá você ia bater uma laje você via tipo a galera assim se juntando e tal, hoje não, é muito individualismo, né? (Chellmí, Brasilândia).

As queixas e críticas de Chellmí se assemelham em muitos sentidos a outras que ouvi de diversos outros moradores, tanto da Brasilândia quanto do Jardim Ângela, que opõem um espírito de comunidade do passado a um processo de aumento do individualismo e de perda da solidariedade entre os vizinhos. Embora atribuam esse processo a fatores distintos, no fundo, estão falando de coisas muito semelhantes: a mudança no *modo de vida* das classes populares periféricas a partir do aumento da violência e das possibilidades de ascensão social.

Chellmí e outros amigos que organizam o Sarau da Brasa⁹ com quem conversei, por estarem atuando política e culturalmente na região, cunharam o termo *espírito da Freguesia* a fim de sintetizar essa subjetividade que, como ele próprio enfatiza, cresceu de forma relevante na última década. Nossa hipótese é que o processo de mobilidade social recente, apesar de não ser o responsável único pela emergência dessa subjetividade, alimentou e fortaleceu essa perspectiva ao ampliar as possibilidades de acesso a novos bens e ao permitir que mais pessoas sonhassem com a possibilidade de aproximar seu estilo de vida de um estilo de vida mais próximo das classes médias.

A fala de Chellmí, que sintetiza muito do ouvi de moradores mais engajados em movimentos políticos ou culturais, demonstra que a opção por uma saída individual para os problemas econômicos e sociais e, mais do que isso, a opção por um estilo de vida próximo ao das classes médias, são problematizados e criticados por parte dos moradores das periferias urbanas.

A crítica obriga, então, os sujeitos a produzirem justificações para suas práticas. A justificação utilizada por aqueles que adotam a subjetividade do *espírito da Freguesia* vem de uma oposição identitária atualizada entre o *trabalhador* e o *vagabundo* e que

⁹ Falarei da importância do Sarau da Brasa e de outros saraus periféricos mais adiante.

agora se expressa na oposição entre o trabalhador que luta para conquistar melhorias materiais por meio do trabalho duro e não se dá ao luxo de ter tempo de lazer no bar ou na rua e o *trabalhador-vagabundo* que não está necessariamente no mundo do crime, mas que não parece merecedor, aos olhos dos primeiros, de uma melhoria mais acentuada em seu padrão de vida.

Conforme Zaluar (2000) demonstra, “vagabundo” era sinônimo de “bandido” e a crítica a esse comportamento foi fundamental na constituição da identidade de “trabalhadores” nas periferias urbanas brasileiras. Essa oposição, contudo, foi atualizada, como aponta a fala de um dos meus interlocutores. De acordo com sua narrativa, no tempo de seus pais, “vagabundo era pessoa que não trabalhava mesmo”, “era o ladrão, o que roubava, os assaltantes” e hoje em dia, “vagabundo é o que tá na rua. O cara trabalha, tudo, mas na boca do vizinho ele é vagabundo”.

É o que vemos na fala de Miguel transcrita acima, que busca se diferenciar dos moradores da periferia que gostam de ficar “sem fazer nada” e de tantos outros que reclamam desse gosto pelo ócio e da falta de dedicação e esforço daqueles que compartilham da mesma vizinhança. Dessa maneira, o aumento às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho na última década teve papel fundamental nessa justificação ao ampliar o convencimento de que é possível melhorar de vida, desde que com trabalho duro e muita “luta” individual.

De outro lado, é importante ressaltar que a crítica vinda daqueles que defendem um espírito mais comunitário não se trata apenas de uma romantização do passado. Paralelo a esse desejo de retomar um tempo que muitos sequer viveram e que ouvem relatos de seus pais e avós como sendo uma época de mais solidariedade entre vizinhos, pude observar a emergência de uma valorização progressiva do presente tanto em termos de espaço – a “quebrada” – quanto da produção cultural local.

Desde os anos 1990, a cultura, por meio do hip-hop e suas manifestações principalmente no rap, mas também no grafite e no *break* foram fundamentais para a valorização dos atributos e da cultura típica dos moradores da periferia e para a criação de uma identidade própria que dialogava fortemente com a realidade concreta desses sujeitos, inclusive com seu relacionamento de proximidade e interação com o mundo do crime (D’Andrea, 2013).

Além disso, essas manifestações culturais foram essenciais para elevar a autoestima de muitos jovens das periferias que se sentiam inferiorizados diante da discriminação social e racial e da repressão que sofriam cotidianamente, além da reiterada falta de sucesso educacional e profissional a que estavam submetidos. O lugar de onde falam é elemento central no rap, assim, a partir de uma interpretação própria das condições de vida nos espaços periféricos, esses atores transformam as diversas periferias em um símbolo que “simplifica e homogeneiza as mais diversas periferias, ressaltando sobretudo as piores desigualdades sociais e a violência”. Retoricamente, os sinais de melhoria individuais e coletivos são apagados (Caldeira, 2011, p. 307).

Os artistas ligados ao hip-hop, ao mesclarem produção cultural e engajamento político foram capazes de produzir coletivamente discursos sobre a periferia partindo de interpretações de suas realidades sociais concretas e dos mecanismos de exclusão e criminalização social.

Portanto, ao mesmo tempo em que essa estetização do espaço e cotidiano periféricos resultou em um discurso homogeneizante sobre práticas e problemas sociais que se traduziu na máxima “periferia é periferia em qualquer lugar”, também trouxe à tona “certa visão propositiva segundo a qual ‘ser da periferia’ significa participar de certo ethos que inclui tanto uma capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores (Magnani, 2006, p. 39).

Dessa forma, ao invés de uma busca por assimilação e aproximação do gosto com aquele tido como típico da classe média tradicional, movimentos culturais surgidos nas periferias procuram se contrapor identitariamente e ressaltar suas diferenças socioeconômicas e culturais em relação aos estratos intermediários, por meio da valorização de seu próprio modo de vida historicamente estabelecido e pela criação de um estilo de vida próprio.

Essa marcação da diferença e da valorização de aspectos positivos de ser um morador da periferia foi ampliado ao longo dos anos 2000, quando diversas iniciativas culturais começaram a emergir nessa esteira. Em boa parte dos casos, essas iniciativas fazem referência a elementos da cultura afro e buscam valorizar a questão racial, além de tratarem direta ou indiretamente de temas da realidade cotidiana dessas pessoas como a violência, o machismo, as dificuldades econômicas e sociais, a opressão policial, a política e, claro, o racismo.

Conforme pude notar e me foi relatado por meus interlocutores, os saraus de poesia são a experiência mais marcante na formação da cultura da subjetividade que estou tratando aqui. Além da facilidade em sua disseminação por vários bairros periféricos, uma vez que é possível organizar um sarau em praticamente qualquer espaço, os saraus se destacam por seu caráter democrático, que permite que o protagonismo do evento seja dividido entre todos que se apresentam recitando poemas, cantando, tocando ou fazendo qualquer outra intervenção cultural.

A expansão de saraus pela periferia está intimamente ligada ao movimento da chamada *literatura marginal*, surgida no começo dos anos 2000 e encabeçada por escritores como Sergio Vaz e Ferréz e que tem como objetivo político e intelectual, “‘dar voz’ ao seu grupo social de origem, através de relatos dos problemas que os acomete em textos literários; e de conferir nova significação à periferia, por meio da valorização da “cultura” de tal espaço.” (Nascimento, 2010, p. 118).

Cada sarau adota seu próprio formato e faz suas próprias escolhas em relação aos limites impostos às apresentações, mas têm em comum um clima de grande proximidade entre os frequentadores. Trata-se de um espaço essencialmente de criação de laços, de sociabilidade e, claro, de formação cultural e política. É comum no sarau, como em qualquer festa, as pessoas conversarem e até compartilharem a mesa com pessoas desconhecidas, fazerem novas amizades e construírem novas relações.

Assim, os saraus constituem-se como espaços centrais de formação política e cultural bem como são locais privilegiados para a criação de vínculos afetivos entre as pessoas e delas com o local onde vivem, como afirma Karina, 36 anos, frequentadora assídua de diversos saraus de periferia:

É meio aquele lance de as pessoas saírem de casa pra ter contato com outras, que na minha geração a gente fazia isso na Igreja. E essa geração tem um espaço que é muito mais bacana que são os saraus. Então, o sarau acolhe a molecada do rap, que com música e rima eles conseguem refletir sobre questões políticas que são fundamentais. Tem aquele lance da poesia, que é isso de você sair dessa coisa concreta, em que ao mesmo tempo que você faz aquela movimentação com as palavras você tá fazendo isso com seu olhar, que eu acho que também ajuda muito. E tem o fato de as pessoas poderem estar em contato em um lugar que é alegre, sabe? Desenvolver vínculo mesmo, porque eu acho que você só começa a se importar com o meio quando você desenvolve vínculo, com as pessoas e com o lugar. É aquela noção de pertencimento, né? Acho que os saraus fazem isso de uma forma muito bacana. (Karina, Jardim Ângela).

Os saraus, portanto, se apropriam da mensagem produzida pelo hip-hop e, ao mesmo tempo em que denuncia criticamente as mazelas das periferias, valoriza o modo de vida aqueles que o compartilham. Além disso, os saraus trazem a música, a arte e a poesia para um espaço horizontal e democrático em que qualquer um pode ser protagonista, apresentar sua mensagem e produzir sua própria leitura do mundo. Essa democratização do espaço permite que a entrada em cena de outros temas que eram relegados pelo rap, tornando o sarau um espaço de reconhecimento para ainda mais jovens periféricos. Assim, temas como o feminismo e a homofobia ganham destaque ao lado de temas já tradicionalmente tratados como a desigualdade, a violência e o racismo.

É desses movimentos culturais que emergem nos anos 2000 e se expandem por diversas periferias de São Paulo que se forma uma *cultura periférica*: um conjunto de produções simbólicas “por meio do qual se organizam formas de sociabilidade, modos de sentir e pensar o mundo, valores, identidades, práticas sociais, comportamentos coletivos, etc.; e que caracteriza o estilo de vida dos membros das classes populares que habitam em bairros periféricos” (Nascimento, 2010, p.119). Periféricos, ou “guerreiros”, como às vezes se denominam, formam uma subjetividade que busca valorizar a luta coletiva pela melhoria de vida em oposição à simples luta individual representada pelo *espírito da freguesia*.

Considerações finais

O ponto central deste texto gira em torno da disputa simbólica que emergiu nas periferias de São Paulo a partir das mudanças no modo de vida das classes populares habitantes dessas regiões. Procurei argumentar que o aumento da violência, e a conseqüente sensação de insegurança e o processo de estigmatização das periferias como lugar dominado por “bandidos”, somados à ampliação das possibilidades de mobilidade social, produziram uma desestruturação do modo de vida periférico, tido pelos próprios moradores como mais comunitário.

Dessa *situação problemática*, que surgiu a partir da desestruturação do antigo modo de vida, emergiu a disputa simbólica que é tema central deste texto. Essa disputa opõe, de um lado, uma busca individual pela distinção entre os moradores das periferias, em especial daqueles que conquistaram uma melhora no nível socioeconômico mais expressiva e que têm como objetivo apagar de si as marcas do estigma territorial,

aproximando-se dos padrões econômicos e culturais de setores mais elitizados; e, de outro, aqueles que lutam contra esse estigma de uma perspectiva coletiva, buscando valorizar os elementos da *cultura periférica* e ressignificar seu próprio modo de vida.

Essa disputa é entendida aqui como uma oposição entre regimes de justificação de práticas individuais e coletivas que buscam consolidar-se como legítimas. Se, de um lado aumenta a busca por soluções individuais justificadas numa ética do “trabalho duro” e na melhoria das condições pessoais de vida, o que inclui a possibilidade de adquirir novos bens, melhorar a segurança da casa e até mesmo mudar para um bairro mais bem servido de infraestrutura e serviços; de outro, temos a construção de uma narrativa coletiva que se justifica a partir da crítica a adoção de comportamentos mais individualistas e que estariam na base da desestruturação do antigo modo de vida comunitário.

O que parece mobilizar essa contradição, portanto, é a reivindicação do direito a um modo de vida que vem sendo desestruturado pela violência – em sua face criminal e de Estado – e pelo próprio “progresso” econômico das periferias e de seus moradores. A aposta desse texto, é que a defesa desse modo de vida periférico, devidamente ressignificado pelos movimentos culturais, e essa crítica às soluções individuais é crucial para compreendermos as mobilizações políticas que têm ocorrido nas periferias urbanas desde junho de 2013.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: economies of worth**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frederic; VÉRAN, Jean-François (Orgs.). **Além do habitus. Teoria social pós-bourdieusiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre : Edusp; Zouk, 2007.

BRAGA, Ruy. “Sob a Sombra Do Precariado.” In **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Translated by Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 24, n. 69, p. 69–80, 2009.

Cefaï, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que no ensina o pragmatismo (parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo. V. 36.01. 187-213. Março, 2017.

D'ANDREA, Tiraju. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. 2013. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas** 30, 2007.

FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

NASCIMENTO, E. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Érica. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.

OLIVEN, Ruben George; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. From “Country of the Future” to Emergent Country: Popular Consumption in Brazil. In: **Consumer Culture in Latin America**, edited by J. Sinclair, and Anna Cristina Pertierra, Palgrave Macmillan US, 2012

PASTERNAK, S. & BOGUS, L. A cidade dos anéis. **Cadernos LAP 28**. São Paulo, nov.-dez, 1998.

PASTERNAK, S. & BOGUS, L. Continuidades e Descontinuidades na Cidade dos Anéis. **Encontro transdisciplinar população e espaço**. Campinas: ABEP, 2003.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. **O Mito Da Grande Classe Média: Capitalismo e Estrutura Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média**. Vozes da Classe Média. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 58, n. 1, p. 111-149, Mar. 2015.

SOUZA, Jesse. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

THOMPSON, Edward P. **The making of the English working class**. New York: Vintage Book, 1966.

WACQUANT, Loic. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven** n. 91 , 2007.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado Da Pobreza**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.